

GÊNERO E A INVISIBILIDADE DA MULHER NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO NO SUL DE SANTA CATARINA.

Susane da Costa Waschinewski, Giani Rabelo y Ismael Gonçalves Alves.

Cita:

Susane da Costa Waschinewski, Giani Rabelo y Ismael Gonçalves Alves (2017). *GÊNERO E A INVISIBILIDADE DA MULHER NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO NO SUL DE SANTA CATARINA*. *Revista Inter Ação*, 42 (3), 574-589.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/ismael.goncalves.alves/18>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pwdX/KkA>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

GÊNERO E A INVISIBILIDADE DA MULHER NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO NO SUL DE SANTA CATARINA

SUSANE DA COSTA WASCHINEWSKI

GIANI RABELO

ISMAEL GONÇALVES ALVES

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, Santa Catarina, Brasil

RESUMO: Esta pesquisa procura contribuir com os estudos que articulam a temática educação, gênero e ensino de Geografia, com a finalidade de compreender o papel do livro didático na construção da desigualdade de gênero. O estudo trata das representações imagéticas da mulher disseminadas nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio. Para esta pesquisa, escolhemos como objeto de estudo o livro didático de Geografia intitulado *Conexões* (vol. 1, 2 e 3), da Editora Moderna, que tem como autoras/es: Lygia Terra, Regina Araújo e Raul Borges Guimarães, distribuído no ano de 2010 nas escolas da rede pública estadual da cidade de Criciúma (SC/Brasil). As imagens analisadas reforçam a divisão sexual do trabalho, no qual as mulheres aparecem executando tarefas repetitivas, que exigem paciência e habilidades manuais, consideradas tradicionalmente tarefas femininas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Ensino. Geografia. Livros didáticos.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca contribuir para um já consolidado campo de estudos que articula as temáticas relativas à educação e gênero. No interior

deste campo, o estudo ora apresentado busca examinar as representações das mulheres disseminadas nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio no município de Criciúma, e para tal elencamos como objeto de estudos o livro intitulado *Conexões* (volumes 1, 2 e 3), da Editora Moderna, que tem como autoras/es: Lygia Terra, Regina Araújo e Raul Borges Guimarães (2010).

A intencionalidade desta investigação foi adentrar no espaço escolar brasileiro, pois ele é envolto por uma multiplicidade de embates e relações de poder que tentam impor e homogeneizar as identidades de gênero em seu interior. Ora centro contestador, ora perpetrador das desigualdades de gênero, o ambiente escolar é um microcosmos que nos permite entender, em parte, as relações socioculturais que se estabelecem entre os indivíduos nos diferentes espaços da sociedade. Assim, no intuito de adentrar nos meandros da vida escolar e seus impactos na formação/imposição das relações de gênero, é de sua importância compreender as conexões existentes entre elementos da cultura escolar, como os livros didáticos, e sua capacidade de difundir identificações de gênero entre as educandas e educandos. Desta maneira, os livros didáticos como artefatos culturais podem ser assim entendidos a partir de sua ampla utilização nas salas de aula, pois eles carregam consigo pensamentos, ideologias e valores que impactam diretamente na construção normatizada dos sujeitos escolares. Conforme as análises do historiador Roger Chartier (1990), os livros didáticos podem ser entendidos como potentes artefatos culturais capazes de colocar em circulação ideias dominantes e princípios morais que por sua vez traduzem valores e comportamentos que sempre se desejou que fossem ensinados. Nesta mesma direção, o pesquisador Alain Choppin (2002, p. 13) afirma que os livros didáticos e seus conteúdos carregam consigo o papel de transmitir saberes e incutir valores que serão considerados indispensáveis para a sociedade.

Desse modo, é de extrema relevância analisar os livros didáticos por meio de seus diferentes usos no cotidiano escolar devido a sua ampla utilização no processo de ensino/aprendizagem, sendo que, no caso brasileiro, em muitas situações esses livros são utilizados como único recurso didático, por isso a importância de estudar e compreender seus impactos na construção dos papéis masculinos e femininos.

A partir desses pressupostos, trataremos do tema gênero nas suas particularidades, além do olhar na relação espacial, ou seja, na carga de opressão que se dá em espaços diferentes, em que há diferenças em ser mulher em seus múltiplos recortes socioculturais, como os de classe, raça/etnia, gênero e geração. Nesse sentido, a Geografia como campo de estudo pode oferecer muitas contribuições para a temática de gênero, que aos

poucos vem sendo abordada por pesquisadores e pesquisadoras dessa área, sobretudo no campo da educação e na produção de materiais didáticos, oferecendo assim um espaço amplo a ser explorado.

A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE GÊNERO E SEUS SIGNIFICADOS

Segundo Adriana Piscitelli (2004), foi somente entre as décadas de 1920 e 1930 que as mulheres, em vários lugares, conseguiram romper com algumas das mais estridentes expressões da desigualdade em termos formais ou legais, particularmente no que se referia ao voto, à propriedade e ao acesso irrestrito à educação. No rastro destas importantes conquistas, a imagem naturalizada e difundida do feminino enquanto privativo e exterior à produção do conhecimento científico passou também a ser questionada pelos movimentos feministas que denunciavam a misoginia amplamente difundida entre as instituições.

Após arrombarem as portas do saber oficializado no alvorecer do século XX, grupos formados por intelectuais feministas passaram a questionar a produção do conhecimento a partir da figura masculina, homogeneizante, problematizando todas as formas universalizantes de interpretação do mundo. Conforme a historiadora Margareth Rago (1998), esta crítica revelou o caráter particular das categorias dominantes apresentadas como universais, propondo uma crítica à racionalidade burguesa e ocidental, que não se pensava, em sua dimensão e criação, como sexualizada e masculina e, portanto, excludente. Assim, para Marlise Matos (2008), no campo de discussão epistemológica ou científica, os movimentos feministas adicionaram a gota que faltava para transbordar o copo:

Uma comunidade científica [...], enquanto uma organização social distinta, não necessita ser exclusivamente formada por atores hegemônicos da ciência ocidental, a saber: homens, brancos, heterossexuais e anglo-europeus. [...] a epistemologia moderna ocidental vem sendo criticada [...] a favor de uma versão científica que prioriza a ótica da diferença, de alternativas, de flutuações, de descentralizações e incertezas que, por sua vez, se configuraram através de aspectos construtivos e processos de abertura e mudanças. (MATOS, 2008, p. 346)

Este revisionismo pluralizou os objetos de investigação que interessavam às Ciências Humanas e Sociais, buscando centrar suas análises na apreensão do micro, das vivências cotidianas e da vida ordinária, de onde as mulheres foram pinçadas para a condição de sujeitos e objetos da história.

Sustentado por esta posição contestadora, o feminismo provocou uma das mais profundas rupturas epistêmicas no âmbito das ciências humanas e sociais.

Ampliando profundamente sua base conceitual, o feminismo desestruturou o conhecimento científico produzido sob signos ocidentais em benefício de uma inserção mais pluralista das ciências. Deste modo, as teorias feministas ancoradas no *Women's Studies*, desenvolvidos durante os anos de 1960, empenharam-se em questionar o pré-determinismo biológico que essencializava uma suposta identidade feminina, negada como uma construção sociocultural definida por relações e práticas disciplinarizadoras, imbuídas de intencionalidades.

Buscando problematizar o papel feminino na produção do conhecimento, Arllen Dallery (1997) denuncia que as teorias comportamentais nas ciências sociais, as periodizações, a crítica literária, entre outras, haviam sido estabelecidas sem qualquer referência às experiências. Frente a esta constatação, inúmeras feministas em diferentes partes do mundo trabalharam em reivindicações voltadas para a igualdade de direitos, questionando inclusive as origens culturais destas desigualdades.

Assim, frente a estas novas condições sociais, o conceito de gênero insere-se nas ciências sociais e humanas a partir das trajetórias de lutas por direitos nos campos da igualdade e da diferença, empreendidas por mulheres organizadas em movimentos feministas a partir de cenários sociais e políticos distintos. Das lutas pelo direito ao sufrágio feminino aos direitos sexuais reprodutivos, respectivamente, atribuídos aos feminismos de primeira e segunda onda, mobilizações feministas denunciaram e denunciam persistentes desigualdades de gênero. Como ressalta Joana Maria Pedro (1998), a criação da categoria gênero é atribuída ao feminismo de segunda onda, no interior da categoria mulheres.

Usado desde a década de 1970 para teorizar as diferenças sexuais entre homens e mulheres, o termo gênero passou a ser utilizado pelo feminismo americano com o intuito de apontar o caráter explicitamente social das distinções entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico existente no termo "sexo". A categoria gênero passou a ser entendida como parte constituinte das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e constituídas no interior das relações de poder.

Tal reformulação conceitual auxiliou na construção de uma diferenciação e separação entre o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por abordagens essencializantes da natureza calcadas no biológico – e o gênero, "dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e, sobretudo, política que implicaria análise relacional." (MATOS, 2008, p. 343).

Para Françoise Thébaud (2003), a utilização da categoria gênero abre as portas para entender as histórias reais e simbólicas de homens e mulheres, possibilitando ressignificações e reelaborações de questões centrais para as ciências humanas e sociais: “Gênero [...] é um conceito usado por aqueles que entendam não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas.” (2004, p. 271) .

Para Noeli Aguilar (2010), o conceito gênero apresentaria, portanto, um conjunto de representações construídas criticamente sobre os papéis sexuais, uma categoria relacional composta por múltiplos elementos e diversos significados. Dessa forma, continua a autora, nas análises das diferenças entre os sexos o gênero introduz a distinção relativa à cultura, uma categoria baseada nas definições socioculturais relativas às formas diferentes que homens e mulheres “devem ser”, incluindo também as distintas esferas sociais que estes “devem ocupar”.

Mesmo sendo uma ferramenta analítica que oportuniza a criação de diferentes espaços interpretativos, a historiadora Joan Scott, em um célebre artigo publicado no Brasil em 1990, estabelece uma crítica ao caráter essencialmente descritivo em que a categoria gênero é enredada nos estudos históricos. Para a referida autora, em seu viés descritivo o gênero é essencialmente tratado como um estudo de coisas relativas à mulher, sem poder de fogo para interpelar os paradigmas, caindo muitas vezes em lugar comum e podendo isto, inclusive, ser mensurado pelos “limites das abordagens descritivas que não questionam conceitos dominantes no interior das disciplinas, ou ao menos que não questionam de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los”. (SCOTT, 1990, p. 74)

Joan Scott (1990) ainda afirma que os estudos realizados nesta perspectiva acabam caindo em um lugar comum ao centrar suas análises nas relações evidentes entre os sexos, privilegiando temáticas como mulheres e crianças, mulheres e família, mulheres e escola etc. Nesta perspectiva descritiva, aparentemente a guerra, a diplomacia e a política não fazem parte dessas relações, “o gênero parece não se aplicar a estes objetos e então não parece pertinente para a reflexão dos historiadores que trabalham sobre a política e o poder” (SCOTT, 1990, p. 76).

Na proposta estabelecida por Joan Scott (1990, p. 86), gênero enquanto categoria de análise repousa em dois blocos, “é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos, [e] um primeiro modo de significar as relações de poder”. O primeiro está relacionado à importância de se analisarem os instrumentos de diferenciação em torno dos quais cada época histórica arquitetou, em termos binários,

explicações pretensamente fixas e coesas daquilo que deveria ser o masculino e o feminino. O segundo trata da importância do gênero como categoria de análise para compreender e explicar historicamente como se construíram as multifacetadas relações de poder entre os sexos.

Nesta percepção, também defendida pela historiadora Eleni Varikas (1994), uma das tarefas primordiais do/a historiador/a do gênero consiste em desconstruir estes conteúdos, expondo sua fragilidade e polissemia, e ao mesmo tempo mostrar a seletividade dos procedimentos pelos quais eles adquiriram um sentido único, ressaltando as lutas e as interpretações concorrentes que os produziram. Expor estas estratégias de dominação que sustentam a construção binária da diferença entre os sexos, continua a autora, seja em documentos do passado, ou no olhar lançado sobre eles, é o aspecto essencial do gênero enquanto categoria.

IMAGENS DO FEMININO E DO MASCULINO NA COLEÇÃO CONEXÕES – ESTUDOS DE GEOGRAFIA GERAL DO BRASIL

a utilização de imagens como fontes documentais nos dá um campo muito amplo, pois podemos simplesmente visualizá-las e descrevê-las como também podemos ir além, problematizando o que as imagens representam e o que querem transmitir. Portanto, é importante:

Perceber objetivamente os elementos presentes na imagem, sua temática, sua estrutura. No entanto, tal imagem foi produzida por um sujeito em determinado contexto, numa determinada época, segundo sua visão de mundo. (PILLAR, 2001, p. 15).

As imagens não são neutras, são produzidas por indivíduos que carregam consigo seus pensamentos e ideologias, ou seja, são permeadas e concebidas a partir de algumas intencionalidades. Elas estão presentes em todos os lugares, inclusive na sala de aula, nos livros didáticos, em nossas roupas. Por não serem neutras constroem estereótipos, inclusive de gênero, pois, como salienta a pesquisadora Luciane Borre Nunes, “as imagens, como artefatos que produzem conhecimentos e que contribuem para a constituição de nossas representações, falam sobre como são (ou como devem ser) os meninos e as meninas.” (2010, p. 9).

Diante disso, analisaremos neste trabalho algumas imagens da *Coleção Conexões – Estudos de Geografia Geral do Brasil* - volumes 1, 2 e 3 (1º, 2º e 3º ano do ensino médio). Ao fazer um levantamento das imagens, identificamos que a maioria se reporta ao universo masculino, conforme quadro que segue:

Tabela 1 – Imagens do feminino e do masculino nos livros didáticos.

	Volume I	Volume II	Volume III
Imagens de mulheres	23	12	21
Imagens de homens	39	54	44

Fonte: Livro didático *Conexões. Estudos de Geografia Geral do Brasil*. (TERRA; ARAÚJO; GUIMARÃES, 2010, 3 v.). Volume 1, 2 e 3. Ed. Moderna. São Paulo, 2010.

Diante destes números podemos refletir sobre que intencionalidades permeiam as escolhas dessas imagens, fazendo com que os homens estejam mais presentes no livro didático, e quais os espaços destinados ao feminino. Montserrat Moreno contribui para este entendimento ao se reportar aos livros infantis:

O valor e a preponderância da imagem é bem aproveitada pelo sexismo visceral e, queremos supor, inconsciente de autoras(es), editoras(es) de livros infantis de linguagem. Basta pegar qualquer livro, aleatoriamente saltam aos olhos da leitora ou do leitor minimamente sensibilizados a quantidade, a natureza e caráter das imagens que as ilustram. (MORENO, 1999, p. 42)

Tais dados demonstram a enorme disparidade numérica das imagens do feminino e masculino, o que contribui sutilmente para reforçar a invisibilidade das mulheres, num movimento que também é contraditório, pois o ambiente escolar é hoje um espaço dito feminino, contudo apresenta marcas profundas do masculino, o que fica explicitado inclusive no livro didático, fazendo-nos refletir sobre quais são os espaços reservados ao masculino e ao feminino na educação.

Abordando não somente os números absolutos, faz-se necessário problematizar o conteúdo dessas imagens, quais suas intencionalidades e como se constituem os gêneros. Ao observar as imagens dos três volumes do livro didático sob a perspectiva analítica da categoria gênero, podemos destacar que aos homens recaem as representações ligadas ao poder, força e dominação, que por sua vez podem ser materializadas na imagem dos militares: armados, fardados, seja em exércitos ou em rebeliões. Ou então eles estão presentes em áreas técnicas, como por exemplo no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em atividades mineradoras, em profissões em geral ditas masculinas. Já as mulheres, na maioria das vezes, aparecem em imagens que reforçam os atributos social, histórica e culturalmente construídos para o feminino, como: donas de casa, nas linhas de produção e trabalhadoras domésticas.

Pensar nessas imagens estereotipadas e carregadas pelas marcas do gênero é parte do importante processo sociocultural que define os lugares dos homens e das mulheres no contexto escolar, haja vista que tais imagens invadem as salas de aula todos os dias, por meio de livros didáticos de inúmeras disciplinas, inclusive a de Geografia, compondo o repertório dos professores/as em seu cotidiano escolar, que por sua vez podem reforçar estereótipos tradicionais de gênero.

Todavia, centralizar o olhar somente nas imagens veiculadas pelos materiais é excluir outras possibilidades para o masculino e o feminino. Na Figura 1 podemos visualizar mulheres trabalhadoras em uma linha de produção ou nos questionarmos sobre o porquê de elas estarem nesse tipo de atividade.

Figura 1- Linha de produção de placas de computador (Shenzhen, Guangdong – China, 2003).



Fonte: Livro didático *Conexões*. (TERRA; ARAÚJO; GUIMARÃES, 2010, p. 17, v. 3).

A imagem está inserida no texto *A aceleração científica*, o qual aborda a velocidade das novas tecnologias e a necessidade dos investimentos no mesmo setor, a fim de adquirir crescimento econômico nos países em desenvolvimento.

Apesar de a imagem trazer algumas mulheres na linha de produção de placas de computadores na China, em nenhum momento foi citada qualquer discussão de gênero, ou sobre a presença feminina nas indústrias. O que podemos analisar na imagem é o que ocorre frequentemente em nossa sociedade, pois as mulheres tradicionalmente estão inseridas em tarefas que

exigem paciência e são submetidas a ritmos de trabalho alucinantes. Essa divisão que diferencia homens e mulheres e os coloca em tarefas específicas conforme seu sexo é conhecida como divisão sexual do trabalho.

Tal mecanismo serve para explorar mais as mulheres e assim gerar mais riquezas. E em grande parte é apoiado nas teorias de inferioridades biológicas, para justificar determinadas tarefas. Sobre isso Giani Rabelo (1997, p. 52) afirma que: “[...] um outro argumento amplamente utilizado para justificar a submissão da mulher na sociedade foi a questão da suposta fragilidade e delicadeza feminina”.

Nas fábricas as mulheres ocupam os piores postos de trabalho, em comparação aos homens, e com tarefas atribuídas socialmente às mulheres. É como se as tarefas no local de trabalho fossem uma continuidade do trabalho doméstico, a extensão das tarefas domésticas, assim são construídos e fortalecidos atributos e estereótipos femininos.

Assim, as tarefas que exigem mais paciência e habilidade manual são associadas ao feminino, sob o argumento que as mulheres são mais pacientes, delicadas e os homens são mais explosivos, ágeis e fortes. Outra característica importante a ser destacada é em relação à especialização da mão de obra feminina. A qualificação vem ocorrendo de forma equilibrada para homens e mulheres, contudo, mesmo com qualificação as mulheres seguem exercendo tarefas ditas femininas.

Na divisão sexual do trabalho operada pelo capital dentro do espaço fabril geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo (as de alta tecnologia) são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e muito freqüentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). (ANTUNES, 2000, s/p.).

Mesmo com qualificação superior as mulheres seguem sendo submetidas aos trabalhos ditos femininos, que exigem paciência, cuidados, habilidades manuais e concentração. Essas funções não são tão valorizadas em termos salariais, ocorrendo uma grande desvantagem para as mulheres.

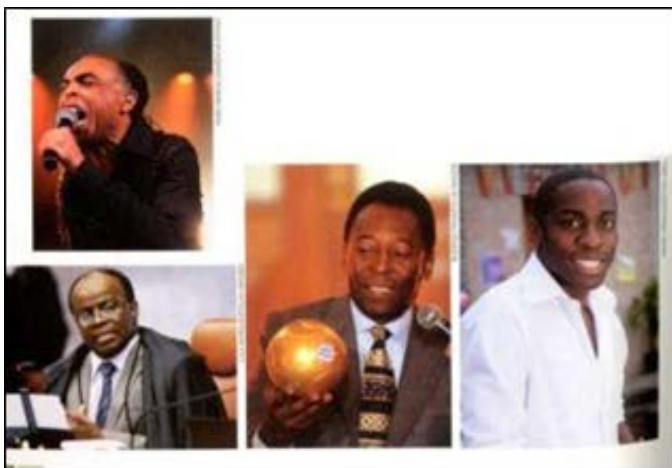
Assim cada indivíduo tem sua função na estrutura do trabalho, como afirmam Caleffi e Jinkings (2010, p. 35): “historicamente a divisão social do trabalho também passa pelo sexo, e representa não somente um modo de organização do trabalho, mas um sistema de subordinação, culminando em salários mais baixos para as mulheres”.

A imagem que segue está relacionada a uma matéria que discute a questão racial no Brasil, intitulada *Movimento afro-brasileiro*. Nela consta

a discussão do racismo, cita-se a Constituição que tipifica o racismo como crime, bem como comentam-se as questões de mobilidade social, mobilidade ocupacional, as políticas de ação afirmativa e a Lei de Cotas, conforme excerto abaixo:

Apesar das inúmeras dificuldades, muitos afrodescendentes se destacam na vida econômica e cultural de nosso país. Gilberto Gil, Joaquim Barbosa (Ministro do Supremo Tribunal), Pelé e Lázaro Ramos exemplificam significativa atuação da comunidade afrodescendente nas atividades culturais, políticas e esportivas brasileiras. (TERRA; ARAÚJO; GUIMARÃES, 2010, p. 214, v. 1).

Figura 2 – Comunidade Afrodescendente.



Fonte: Livro didático *Conexões*, (TERRA; ARAÚJO; GUIMARÃES, 2010, p. 214, v. 1).

O curioso dessa imagem e do texto que a segue é que em nenhum momento se faz referência às mulheres negras. Todos os negros representados ali são homens, e bem-sucedidos, dando a entender que é possível ser negro, ser conhecido e possuir fama. Logo, quais espaços ocupam em nossa sociedade personalidades como Chiquinha Gonzaga, compositora brasileira que ousou buscar seu reconhecimento em uma sociedade altamente machista por ser a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil? E outras personalidades, como Benedita da Silva, ativista do movimento negro e feminista, ou Dandara, líder do movimento negro por libertação?

Importantes também no campo político, as mulheres negras ocuparam cargos, mas são sutilmente apagadas da história, como exemplifica o caso de Antonieta de Barros, professora catarinense, jornalista, que

participou da primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas. Foi eleita deputada estadual (1934-1937), tornando-se desse modo a primeira mulher negra que assume o cargo político e a primeira a compor o Legislativo Estadual de Santa Catarina.

O processo de opressão da mulher negra vem desde o período escravocrata, quando os negros eram comercializados livremente, tratados como mercadoria, submetidos a constantes agressões, mutilações e castigos em geral. Isso ocasionou um histórico de opressão muito forte, tanto para os homens quanto para as mulheres que trabalharam nas fazendas, nos engenhos, realizando tarefas muito árduas.

Recai sobre as mulheres negras escravas todo o tipo de opressão: eram tidas como prostitutas, amas de leite, saco de pancadas, entre outras atribuições. Tendo seus filhos arrancados dos braços, eram obrigadas a amamentar os filhos das mulheres brancas e eram obrigadas a manter relações sexuais com os senhores de engenho.

Escravizada, a mulher negra foi o grande esteio da mulher branca, pois além de levar recados amorosos da senhora, ela criou nas casas grandes condições de vida amena, fácil e até mesmo ociosa para a mulher branca. Cozinhou, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão, as salas e quartos, cuidava dos filhos e satisfazia as exigências do senhor. (NASCIMENTO, 2008, p. 12).

Nota-se que as mulheres negras eram expostas a diversas formas de violências, inclusive a sexual. Mesmo com o processo abolicionista, as mulheres negras não deixaram de ser compreendidas como objeto sexual do homem branco.

Maria Joseli Silva et al. (2009) apontam que a população negra, mesmo após a Abolição, continuou sendo vista de forma preconceituosa e racista, e que a mulher negra, além do racismo, era/é obrigada a enfrentar o forte sexismo presente em nossa sociedade. Dessa forma foi se construindo a imagem da mulher negra e da mulata¹, que representa a suposta sexualidade da negra no Brasil; uma imagem de servidão e objeto sexual.

Tal construção, presente nos dias de hoje, tem sua propagação por diversos meios de comunicação, sendo que os que atingem uma parcela significativa de pessoas são as telenovelas, em que as mulheres negras são frequentemente empregadas domésticas ou simplesmente tratadas como objeto sexual. Ainda nos comerciais e anúncios publicitários de cervejas, com conteúdos apelativos, letras de músicas, entre outros.

As mulheres são oprimidas no conjunto de nossa sociedade, porém algumas sofrem com a dupla opressão, como por ser mulher e negra. Essa

opressão ocorre essencialmente por conta da classe social em que essas mulheres estão inseridas, que as coloca em níveis de exploração superiores.

As mulheres negras encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho comparativamente às não-negras. Em 2000, na região metropolitana de São Paulo (RMSP), um quarto das mulheres negras estava desempregado, ao passo que, entre as não-negras, esta parcela (18,9%) era menor. Ao se considerar o atributo cor, tornam-se mais evidentes as diferenças entre as taxas de desemprego das mulheres. Se o sexo discrimina, a situação fica ainda mais desfavorável quando se associa à condição de ser negra. Em 2000, a taxa de desemprego registrada para as mulheres negras alcançou 25,1%, ou seja, de cada 100 trabalhadoras negras, um quarto estava sem emprego na RMSP, enquanto as não-negras nesta situação correspondiam a 18,9%. (SEADE, 2012, p. 1).

Se a mulher branca sofre cargas de opressão como não ter destaque e visibilidade no mercado de trabalho e na ciência, por exemplo, para a mulher negra essa tarefa é duplamente difícil. As mulheres negras engrossam o maior índice de trabalhadoras informais em nosso país. Estão nas piores profissões, sem direitos trabalhistas, expostas a riscos no trabalho e com os piores salários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com as inúmeras conquistas que as mulheres alcançaram nos últimos anos, como o direito ao voto, as leis de proteção à mulher, leis trabalhistas específicas, como licença-maternidade, entre outras, nota-se que ainda há uma lacuna no que diz respeito à igualdade de gênero, dado que há muitas barreiras, como o preconceito legitimado pelas teorias de inferioridade feminina construídas ao longo do processo histórico e que precisam ser questionadas, gerando rupturas, de modo a construir novas identidades de gênero.

Ao problematizar as relações de gênero e a forma como o masculino e o feminino são construídos, é importante considerar que embora essas construções representem de forma hegemônica o que deve ser e o que se espera da mulher e do homem, vivemos também a resistência dos movimentos feministas e coletivos, bem como um aumento das publicações acadêmicas, dos encontros que se dedicam à temática, gerando assim discussões. Todavia, esperamos que tais discussões possam chegar às professoras e professores que estão nas salas de aulas, para que também consigam atingir as crianças e os jovens que estão construindo suas identidades e relações de gênero.

Com essa análise dos livros de Geografia, *Coleção Conexões - Estudos de Geografia Geral do Brasil* – volumes 1, 2 e 3 para os 1º, 2º e 3º anos do Ensino

Médio (TERRA; ARAÚJO; GUIMARÃES, 2010, 3 v.) –, além de observarmos que os materiais podem reforçar identidades e construir ideologias, notamos que as imagens oferecidas pelos livros didáticos representam práticas sociais esperadas de mulheres e de homens, reproduzindo estereótipos que estigmatizam a imagem da mulher e favorecem a figura masculina, além de dividir e categorizar determinadas atividades e profissões.

Portanto, cabe aos professores/as mediar, problematizar e questionar as imagens, sejam elas dos livros, revistas, capas de CDs, nas propagandas, enfim, nas múltiplas linguagens. Cabe também frisar que os livros didáticos analisados são de autoria de duas mulheres e de um homem, mas que, a partir das imagens, foi possível verificar que a opressão e a invisibilidade feminina estão reforçadas.

Outro detalhe que também nos chamou a atenção foi o fato de que no decorrer de cada capítulo, em suas páginas finais, havia a indicação de outras fontes a partir do tema explorado, e nessas indicações a maior parte da autoria era de homem. Esse aspecto expressa o quanto ainda esse espaço de produção do conhecimento científico é masculino.

Em suma, mesmo a escola sendo um ambiente feminino, uma vez que a maior parte do corpo docente é formado por mulheres, há marcas profundas do gênero masculino, como foi elucidado na análise dos materiais, contribuindo para a construção da desigualdade entre os gêneros femininos e masculinos na sala de aula. É preciso que os livros didáticos adotados pela escola respeitem as diferenças, as particularidades de cada sujeito, as desigualdades, bem como adéquem os conteúdos à realidade social dos alunos.

Artigo recebido em: 22/08/2017

Aprovado para publicação em: 23/03/2018

GENDER AND THE INVISIBILITY OF WOMEN IN EDUCATIONAL BOOKS OF GEOGRAPHY OF MIDDLE SCHOOL IN THE SOUTH OF SANTA CATARINA

ABSTRACT: This research seeks to contribute to the studies that articulate the theme of education, gender and geography teaching, in order to understand the role of textbooks in the construction of gender inequality. The study deals with the representations of women disseminated in the textbooks of Geography for High School. For this research we chose as a study object the Geography textbook titled *Conexões* (volumes 1, 2 and 3), published by Editora Moderna, which has as authors: Lygia Terra, Regina Araújo and Raul Borges Guimarães, distributed in the year 2010 in the public schools of the city of Criciúma (SC/Brazil). The analyzed images reinforce

the sexual division of labor, in which women appear to perform repetitive tasks that require patience and manual skills, traditionally considered female tasks.

KEYWORDS: Gender. Teaching. Geography. Textbooks.

EL GÉNERO Y LA INVISIBILIDAD DE LA MUJER EN LOS LIBROS DE TEXTO DE GEOGRAFÍA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN EL SUR DE SANTA CATARINA

RESUMEN: Esta investigación busca contribuir con los estudios que articulan el tema de la educación, género y enseñanza de Geografía, con la finalidad de comprender el papel del libro de texto en la construcción de la desigualdad de género. El estudio se ocupa de las representaciones imagéticas de la mujer diseminadas en los libros de texto de Geografía de la Enseñanza Secundaria. Para esta investigación elegimos como objeto de estudio el libro de texto de Geografía *Conexões* (vol. 1, 2 y 3) de la Editora Moderna, de los autores Lygia Terra, Regina Araújo y Raul Borges Guimarães, distribuido en las escuelas públicas estatales de la ciudad de Criciúma (SC/Brasil) en el año 2010. Las imágenes analizadas refuerzan la división sexual del trabajo, en las que las mujeres aparecen realizando tareas repetitivas, que exigen paciencia y habilidades manuales, consideradas tradicionalmente tareas femeninas

PALABRAS CLAVE: Género. Enseñanza. Geografía. Libros de texto.

NOTA

1 Termo pejorativo referente aos filhos da mula e aos filhos das escravas com os seus senhores.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, N. M. Reivindicar la igualdad de mujeres y hombres en la sociedad: una aproximación al concepto de género. *Barataria: revista castellano-manchega de ciencias sociales*, Madrid, n. 11, p. 74-83, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3316880.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2016.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Campinas: Cortez, 2000.

CALEFFI, M. V.; JINKINGS, N. Terceirização e as repercussões na qualificação dos trabalhadores da indústria do vestuário do Sul de Santa Catarina. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/imagens/TN10CALEFFIeJINKINGS.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2016.

CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Col. Memória e sociedade).

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, n. 11, p. 5-24, abr. 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596>> Acesso em: 17 jul. 2016.

DALLERY, A. B. A política da escrita do corpo: écriture féminine. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2018.

MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo; Campinas: Moderna; Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1999. (Educação em Pauta: escola e democracia).

NASCIMENTO, E. L. *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NUNES, L. B. *As imagens que invadem as salas de aula: reflexões sobre a Cultura visual*. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, ano 4, v. 24, n. 1, p. 77-98, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2018.

PILLAR, A. *A Educação do Olhar no Ensino das Artes*. Porto Alegre: Mediação, 2001.

PISCITELLI, A. Reflexões em Torno do Gênero e Feminismo. In: COSTA, C. de L. e SCHMIT, S. P. (Org.). *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

RABELO, G. *Trabalho Arcaico no Moderno Mundo da Moda*. 1997. 204 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado) – Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111411>> Acesso em: 27 abr. 2018.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. PEDRO, J.; GROSSI, M. (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1990. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em: 27 abr. 2018.

[SEADE] Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Seade. *Mulher e Trabalho* (boletim), São Paulo, n. 23, 2012. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher-e-trabalho/?periodo=mtrab-2013>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; FILHO, P. E.; ROSSI, R. Geografia e Gênero no Brasil: Uma análise da feminização do campo científico. *Ateliê geográfico*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 38-62, set. 2009. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/7333/5201> > Acesso em 27 abr. 2018

TERRA, L.; ARAÚJO, R.; GUIMARÃES; R. B. *Conexões: Estudos de Geografia Geral do Brasil*. Editora Moderna: São Paulo, 2010. 3v.

THÉBAUD, F. A política natalista na França no século XX: uma coação física? In: MATOS, M. I. S. de; SOIHET, R.; (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed UNESP, 2003.

VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scout. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 63-84, 1994. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1723>> Acesso em: 27 abr. 2018.

SUSANE DA COSTA WASCHINEWSKI: Licenciada e Bacharela em Geografia; Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação - UNESC. Doutoranda pela Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC).
E-mail: suzane_geo@hotmail.com

GIANI RABELO: Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) com doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.
E-mail: gra@unesec.net

ISMAEL GONÇALVES ALVES: Mestre em História (UDESC). Doutor em História (UFPR). Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).
E-mail: ismaelmaya1@yahoo.com.br
